

Crianças com Deficiência / Children with Disabilities

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.15>

Cornelia Schneider

Mount Saint Vincent University, Canada

Crianças com Deficiência

O modo como as crianças com deficiência têm sido etiquetadas e categorizadas tem-se modificado ao longo do tempo. Termos como “aleijado”, “idiotice”, “retardado” ou “desvantagem” eram frequentemente utilizados para classificar determinados grupos de crianças excluídas da educação regular e escolarizadas em contextos de educação especial (ou, para muitas, não sendo sequer escolarizadas), mas que foram lentamente substituídos pelo termo deficiência, no início dos anos 1980. Essas noções tiveram origem numa ciência emergente que tentava categorizar, adequadamente, todos os tipos de deficiências e medicalizar as percepções de deficiência, a tal ponto, que as condições incapacitantes do meio ambiente não eram tidas em consideração. Esta percepção alterou-se com o novo paradigma dos designados Estudos da Deficiência que modificou a ênfase num modelo puramente médico que procurava, exclusivamente, justificações individuais para a deficiência, para um modelo social de deficiência. Esta mudança implica que a análise passa de uma explicação simples da deficiência no indivíduo para uma outra sobre as condições nas quais a deficiência ocorre. Um contexto normativo pode impedir os indivíduos de participar na vida social. Por isso, a investigação procura também compreender de que modo se pode criar maior acessibilidade e participação social para as pessoas nestas situações apoiando, por isso, frequentemente, uma agenda de justiça social.

Apesar disso, as pessoas com deficiência e, mais especificamente, as crianças, têm lutado para combater estas percepções de deficiência e vulnerabilidade. Desenvolvimentos nos campos dos Estudos da Deficiência e da Sociologia da Infância têm desafiado a exclusão e o silenciamento das crianças com deficiência. A investigação tem demonstrado que estas são capazes de ter uma voz (mesmo que, frequentemente, de modo não-verbal e não tradicional) e de participar. Existem questões ao nível ético da pesquisa, por exemplo, em que as crianças com deficiência têm sido frequentemente excluídas da participação em projetos de investigação, sob o argumento de que, sendo vulneráveis e incompetentes, não podem fornecer um consentimento informado. O reconhecimento das crianças com deficiência, enquanto atores sociais com agência e voz, tem sido instrumental neste campo, mas, ao mesmo tempo, é um trabalho contínuo. Quer a Sociologia da Infância quer os Estudos da Criança, bem como o ativismo na comunidade

de pessoas com deficiência, têm feito grandes progressos, ainda que haja trabalho a ser feito.

Da segregação à inclusão e participação

O desenvolvimento da educação inclusiva, a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, tem lutado pelas noções de acessibilidade, inclusão e participação no sentido mais lato possível. A sala de aula regular é agora comumente vista como o lugar adequado para alunos portadores de deficiência aprenderem, uma vez que oferece acesso máximo à participação em sociedade. Os contextos segregadores são cada vez mais vistos como restritivos à vida e oportunidades de aprendizagem, excluindo, assim, as crianças portadoras de deficiência de participarem na sociedade.

A Sociologia da Infância tem produzido um conjunto de estudos sobre a experiência vivida pelos alunos portadores de deficiência na sala de aula. Estes, têm explorado o modo como as práticas de educação inclusiva, integração e educação especial, presentes e passadas, têm afetado a experiência das crianças com deficiência e dos seus pares. Nestes estudos, a questão da participação social e de pertença emerge com frequência. A investigação também demonstrou que determinadas formas de facilitação da inclusão na sala de aula regular podem ter efeitos contra produtivos. Por exemplo, a presença de assistentes educativos ou o uso de tecnologia, quando não introduzidas ou utilizadas de modo adequado, poderão ter efeitos estigmatizantes para as crianças com deficiência. Além disso, as crianças com deficiência têm referido que a presença de adultos pode excluí-los da interação com os seus pares. A investigação sobre direitos das crianças com deficiência tem demonstrado que é necessário implementar pedagogias mais respeitadoras de direitos, de modo a que as crianças com deficiência possam ser inteiramente respeitadas enquanto atores na sociedade contemporânea.

Children with Disabilities

The way that children with disabilities have been labelled and categorized has changed over time. Terms like “cripple”, “idiocy”, “retardation”, “handicap”, were frequently used to classify certain groups of children who were excluded from mainstream education and schooled in special educational settings (or for many, were not schooled at all), but were slowly replaced by the

label of “disability” beginning in the 1980s. Those notions stemmed from an emerging science attempting to categorize properly all kinds of impairments, and to medicalize the perceptions of impairment to the point that the disabling conditions of the environment were not taken into account.

This perception changed with the new paradigm in Disability Studies that shifted the emphasis from a purely medical model that only sought the reasons for disability inside the individual towards the social model of disability. This shift means that the analysis shifts from the simple analysis of an assumed deficiency in the individual towards the conditions in which disability occurs. A normative context can disable individuals to participate in social life. Thus, research also analyses how to create more accessibility and social participation for people in those situations, thereby, oftentimes, also supporting a social justice agenda.

Nevertheless, persons and, more specifically, children with disabilities have been struggling for a long time to shake off the perceptions of deficiency and vulnerability. Developments in the fields of Disability Studies and Sociology of Childhood have both challenged the exclusion and silencing of children with disabilities, and research has demonstrated that children with disabilities are very well able to have voice (even if at times in non-verbal, untraditional ways), and to participate. There are issues, for example, in research ethics, where children with disabilities, under the guise of being vulnerable and incompetent, have often been excluded from participation in research projects, as they were considered not able to give informed consent. The recognition of children with disabilities as social actors who have agency and voice has been instrumental in this field, but, at the same time, this recognition is still work in progress. Both research in the field of Sociology of Childhood and Childhood Studies as well as activism from the Disability community have made great strides, but more work needs to be done.

From segregation to inclusion and participation

The development of inclusive education, the UN Convention on the Rights of the Child of 1989 as well as the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities of 2006 have been pushing towards the notions of accessibility, inclusion and participation in the largest sense possible. The regular classroom is now more commonly seen as the appropriate place for students with disabilities to learn, as this offers maximal access to participation in society. Segregated settings are increasingly seen as restricting

life and learning opportunities, thus excluding children with disabilities from participation in society.

Sociology of Childhood has produced a number of studies on the lived experience of students with disabilities in the classroom. These studies are exploring how past and current practices of inclusive education, mainstreaming, and special education have affected the experience of the child with disabilities and those of his or her peers. In those studies, the question of social participation and belonging frequently emerges. Research has also shown that certain ways of facilitating inclusion in the regular classroom can have counterproductive effects. For example, the presence of educational assistants or the use of assistive technology, if not properly introduced and used, can have stigmatizing effects for the child with disabilities. Also, children with disabilities have reported that the presence of adults can exclude them from interacting with their peer group. Research about the rights of children with disabilities has shown that more rights-respecting pedagogies need to be implemented, so that children with disabilities can be fully respected as actors in contemporary society.

Referências / References

Davis, J. & Watson, N. (2000). Disabled children's rights in everyday life: Problematising notions of competency and promoting self-empowerment. *The International Journal of Children's Rights*, 8(3), 211-228.

Rioux, M. (1997). When myths masquerade as science: Disability Research from an equality-rights perspective. In: L. Barton, & M. Oliver, *Disability Studies. Past, present and future*. (chapter 7). Leeds: Disability.

Schneider, C. (2015). Social participation of children and youth with disabilities in Canada, France and Germany. *International Journal of Inclusive Education*, 19 (10), 1068-1079.